



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª
(OITAVA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 30 DE MARÇO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.056, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o serviço de táxi, atividade de interesse público que consiste no transporte de passageiros e de bens em veículo de aluguel a taxímetro, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	2

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final, ao passo que parabenizo os taxistas.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero também parabenizar a categoria de taxistas. Eu, que sou fruto de um taxista, sei, como disse bem a Deputada Erika Kokay, da dificuldade por que essa categoria passa, mas, ao mesmo tempo, acho que esta Casa, ao aprovar essa lei, restabelece, eu diria de maneira justa, o direito legítimo desses trabalhadores de não verem diminuída a sua capacidade econômica.

Então, parabéns aos taxistas, parabéns a esta Casa e, é claro, ao próprio Governo, que desfez uma injustiça que, infelizmente, o Governo anterior havia cometido com essa categoria. Então, parabéns a eles e, é claro, concordo com a solicitação da Deputada Erika Kokay de dispensar o interstício e dar por lida e aprovada a redação final do projeto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria parabenizar V.Exa., Sr. Presidente, porque prometeu a mim e a um grupo de taxistas que colocaria o projeto em votação hoje. Então, V.Exa. está de parabéns.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Milton Barbosa. Na verdade, os representantes profissionais taxistas vieram até a Câmara, fizeram uma ampla discussão com as lideranças partidárias, até que se chegasse a um acordo para que esse projeto, que está na Casa há mais de um ano, pudesse vir a plenário e ser votado em primeiro e segundo turnos.

Então, estão de parabéns os taxistas, os companheiros que militam no transporte público do Distrito Federal.

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exas. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, “que altera a Lei nº 4.056, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o serviço de táxi, atividade de interesse público que consiste no transporte de passageiros e de bens em veículo de aluguel a taxímetro e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	3

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Esta Presidência questiona os líderes se existe acordo quanto à questão das emendas para votação em segundo turno do projeto de reajuste dos servidores.

Concedo a palavra ao Líder do PT, Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante de tudo o que foi discutido aqui pelos Líderes durante a semana com o próprio Governador, há consenso por parte da bancada do PT sobre as emendas. Até porque elas, na realidade, complementam questões de algumas categorias e melhoram o projeto para outras categorias.

Agora, no geral, nós temos concordância pela aprovação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Líder do PMDB, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, toda vez que tratamos de questão salarial, ela é delicada, temos que trabalhar com a maior seriedade para que amanhã uma coisa que parece muito boa agora não seja vetada, e o funcionário fique mais prejudicado ainda. Então, temos que ter bom senso para isso.

Eu me refiro ao inciso II do art. 23, em que está escrito assim: “7% a contar de 1º de março de 2011”. Entre parênteses está escrito: “oito pontos percentuais”. Mas entrou a emenda que põe o oito para o lado de fora, e acabo de receber a informação da Secretaria de Fazenda de que os cálculos todos foram feitos em cima de 7%. Os cálculos todos. Então, pode acontecer que seja vetado o inciso porque os cálculos foram feitos em cima dos 7% e, então, caia. E nem 7%, e nem 8%.

Então, é meu dever, realmente, chamar a atenção para isso. Estamos aqui com os técnicos da Secretaria de Fazenda, que dizem que os cálculos todos foram feitos, mas foram feitos em cima de 7%.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Por extenso estão 8%, mas o cálculo foi em cima de 7%. Como Líder do PMDB, estou acabando de receber a informação. Eu estou somente avisando. Se for de 20%, de 30%, votaremos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Eurides Brito, eu entendi a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	4

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, também foi apresentada uma emenda ao art. 24. Se essa emenda passar como está, ficará prejudicada a cessão de servidores com suas gratificações para a Central de Compras, que não tem quadro próprio. Ninguém vai querer ficar na Central de Compras se perder do seu órgão de origem a sua gratificação para a Central de Compras. Nessa Central, até pela sua natureza, os servidores devem ser rotativos, não devem ficar tantos anos.

Nós temos que olhar isso. Foi dito que todas as emendas foram vistas pelos partidos, mas nós não tínhamos visto realmente isso nem chamados para discutir.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa é uma questão material, está por extenso, à mão, mas realmente precisa ser corrigida. Precisamos votar hoje de qualquer maneira. Então, peço um tempo a V.Exa. para que possamos fazer a correção.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Dr. Charles.

Vou suspender a sessão, convocando todos os Parlamentares para discutirmos na sala do cafezinho. Em seguida, retornaremos à sessão e votaremos a matéria. Se não houver consenso – é bom que os trabalhadores entendam –, o projeto não será votado. Portanto, temos que suspender a sessão por alguns minutos para fazermos uma discussão e retornarmos com um consenso para a votação. Hoje é a data limite para que o projeto seja votado. Ou seja, está no horário ainda para ser votado hoje e encaminhado para sanção do Sr. Governador.

Neste momento, a Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Parlamentares para uma reunião na sala do cafezinho.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h41min, a sessão é reaberta às 18h05min.)

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Está reaberta a sessão. O Deputado Cabo Patrício está incumbido de uma missão presidencial.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fizemos ali uma acalorada, mas profunda, discussão com relação a algumas emendas que foram apresentadas, de algumas categorias, especificamente, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	5

chegamos a um consenso. Então, o projeto já está em condições de ser aprovado por consenso nesta Casa. Portanto, peço a V.Exa. que inicie, neste momento, o segundo turno do projeto dos servidores públicos.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa, para explicar a emenda que conseguimos no consenso.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, Presidente desta sessão neste momento, eu queria dizer o seguinte: a discussão na sala do café foi com o objetivo de melhorar o máximo possível a proposta, para que o servidor público sempre tenha ganho. Esse é o pensamento que imperou nesta Casa.

Nós queremos votar o mais rápido possível o segundo turno, com as emendas, a redação final, para que amanhã tudo saia publicada no Diário Oficial e, efetivamente, todos os servidores tenham direito aos benefícios e aos ganhos impostos por essa lei. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimentos das carreiras que menciona e dá outras providências”.

Esta Presidência informa que a matéria recebeu emenda de segundo turno de vários autores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria sugerir a V.Exa. que retomemos os trabalhos, votemos o que temos de votar, pois os servidores estão todos ali ansiosos pela aprovação da lei. Eu apenas chamaria a atenção das Sras. e Srs. Parlamentares para retomarmos os trabalhos urgentemente. Que V.Exa., Sr. Presidente, inicie o que devemos fazer neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	6

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 59, de 05/04/2010, juntamente com a ata sucinta da 8ª Sessão Extraordinária)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Erika Kokay, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas de 2º turno ao Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimentos das carreiras que menciona e dá outras providências”.

O projeto recebeu nove emendas, sendo que as emendas de nºs 1, 2 e 3, apresentadas pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, estão sendo retiradas neste momento.

Nós temos o seguinte parecer acerca da emenda nº 4, que diz que “o ingresso na carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público, exigindo-se diploma de nível superior ou habilitação específica compatível para os cargos que assim o exigem, observada a legislação vigente”. É uma emenda fruto de negociação mediada pelo Deputado Rôney Nemer com os servidores do SLU, ou seja, com os servidores da carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana. A verdade é a seguinte: não são os servidores do SLU, mas os servidores da carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana, com o Governador do Distrito Federal.

Então, aqui, em verdade, o projeto não veio trazendo a exigência de nível superior para os próximos concursos que virão para a carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana. Portanto, exige-se, a partir de agora, aprovada a emenda, o nível superior.

Estamos corrigindo a redação, no que diz respeito à carreira de Técnicos Fazendários, em que veio uma incorreção. Foi uma conquista da categoria, mediada por esta Casa, pela Comissão de Assuntos Sociais, que tenho a honra de presidir, de que os trabalhadores da carreira de Técnicos Fazendários tivessem direito a um reajuste da mesma forma que as outras carreiras da Secretaria de Fazenda. Então, houve um erro redacional; é uma emenda redacional.

Há aqui também uma emenda que diz respeito a dar igualdade de tratamento aos servidores da Secretaria de Agricultura, no que diz respeito às condições de cessão que já inclui outras secretarias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	7

Há uma 6ª emenda que assegura aos servidores das unidades do Na Hora que o valor da Gratificação de Atendimento ao Público – GAP – passe também a ser percebido durante o gozo da licença-prêmio, porque a licença tem de ser prêmio, não tem de ser uma licença punição. Essa gratificação tem um impacto grande no salário dos servidores e não pode ser retirada, simplesmente porque o servidor está no uso de um direito que lhe é assegurado e que o direito à licença-prêmio não retira nenhum tipo de condições de trabalho ou de salário dos servidores.

Há aqui outra emenda – que, inclusive, veio de forma aditiva pelo Governador do Distrito Federal, por iniciativa do Executivo, mas nós a corrigimos porque a emenda tem de ser de autoria do Poder Legislativo – que estabelece sobre as parcelas para a carreira de Assistência Social, o que foi fruto, inclusive, de um movimento paredista desses servidores no ano passado. Ela se antecipa à parcela que seria para o dia 1º de agosto de 2011, que fica antecipada para o dia 1º de maio de 2011. Apenas para o próximo ano, fazendo aqui uma isonomia, dando tratamento isonômico às demais categorias que terão seus reajustes do ano que vem previstos para o dia 1º de maio de 2011.

Há outra emenda, Sr. Presidente, que diz respeito à extensão da gratificação que está sendo criada, fruto da luta da categoria e também mediada por esta Casa, por meio da Comissão de Assuntos Sociais, para quem está no SAMU. O SAMU, como foi um órgão criado *a posteriori*, não tem direito a nenhum tipo de gratificação que outras unidades de Saúde têm. Este projeto está restabelecendo, corrigindo essa injustiça, dando a gratificação para o SAMU e para todos que estão lotados no SAMU, independentemente do órgão de origem, para que não tenhamos uma relação diferenciada. Essa emenda, portanto, assegura que, independentemente da origem funcional, todos que estão no SAMU, trabalhando no SAMU, tenham direito à gratificação que está sendo instituída, fruto da luta desta categoria, mediada também por esta Casa.

E por fim, Sr. Presidente, nós estamos corrigindo a injustiça no que diz respeito aos trabalhadores da SEDEST, em que há trabalhadores que têm vencimentos básicos na carreira e nos cargos comissionados. Em geral, não só os da SEDEST, mas no Distrito Federal, ainda existem trabalhadores que ganham menos que o salário mínimo e que têm que ter a complementação por meio de gratificação. Representa um ferimento na autoestima desses trabalhadores perceberem um vencimento que está inferior ao salário mínimo. Nós estamos corrigindo, ou seja, todos os trabalhadores do Distrito Federal, da administração direta, autárquica, terão direito a perceber no mínimo um salário mínimo.

Portanto, há aqui essas sete emendas que foram apresentadas em segundo turno depois de um amplo processo de negociação. Vamos ainda reafirmar que nós tivemos negociações na carreira de Especialista da Assistência Pública à Saúde, em que justamente estão agora com a jornada idêntica a de outros servidores de nível superior e que nós conseguimos, em negociação mediada pela CAS, antecipar a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	8

redução para novembro. O SAMU vai ter direito ao estado conceder o próprio equipamento, o próprio investimento, também a gratificação e também as férias correspondentes a quem trabalha no pronto-atendimento.

Da equipe Na Hora, nós estamos apresentando a emenda para que tenham direito à gratificação durante a licença-prêmio e também tem a antecipação, mediada em negociação ocorrida ontem, de agosto de 2011 para maio de 2011.

Servidores do SLU terão aumento salarial linear dividido na parcela de 7% a 8%, conforme deliberação da categoria, o que foi pleito da categoria também negociado. As carreiras de Meio Ambiente e de Atividades Culturais terão vencimentos isonômicos aos servidores de administração pública, particularmente ao dos funcionários lotados no IBRAM e aos servidores também lotados nas carreiras de Atividades Culturais. Carreira de Atividades Jurídicas teve avanço, carreira de Apoio à Atividade Policial, os técnicos fazendários, que justamente lutaram por ter um tratamento isonômico, e os técnicos penitenciários e a carreira de Planejamento e Gestão Urbana, que ainda não tiveram a injustiça corrigida, conseguiram manter um percentual de 12% da sua gratificação. E aqui nós reafirmamos e lemos a frase: estamos humilhados, acordo não foi cumprido. Vamos buscar cumpri-lo *a posteriori* porque foi feito um acordo, não foi possível cumpri-lo, e a gratificação de 12% é insuficiente.

Portanto, Sr. Presidente, com todas essas informações, inclusive com a leitura das emendas, para que todos e todas possam conhecê-las, pela Comissão de Assuntos Sociais, que analisa no mérito as emendas, nós somos favoráveis a todas as emendas nesta discussão em segundo turno. E apenas reafirmo que as Emendas nº 1, nº 2 e nº 3 inicialmente apresentadas foram retiradas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Então, Deputada Erika Kokay, para ficar claro para todos os Deputados, das nove emendas apresentadas, as de nºs 1, 2 e 3 foram retiradas, e as de nºs 4 a 9 permanecem, foram acatadas por V.Exa. no seu parecer.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoal que está na galeria, tenho ouvido aqui de algumas pessoas da imprensa que esses aumentos vão atingir a capacidade fiscal do Governo. Na minha opinião, eles não atingem. Eu queria aproveitar este momento para fazer a seguinte discussão: eu falei nesta tribuna, por diversas vezes, que um dos compromissos que vou exigir do candidato a governador nessa eleição indireta é a redução do número de cargos comissionados da estrutura do Governo. Eu já disse aqui por diversas vezes – já fui, inclusive, chamado de repetitivo –, que a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	9

França possui 4.800 cargos comissionados; os Estados Unidos, 5.600; e o Distrito Federal, que é desse tamanhozinho, possui 15.553. Esse é um número excessivo, que tem que ser reduzido. Então, apresentei aqui a minha proposta: o candidato que quiser o meu voto, entre as medidas, deve reduzir pelo menos em 50% o número de cargos comissionados no seu governo. Isso vai dar, inclusive, folga de caixa, uma folga da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Penso que, com isso, nós teríamos servidores tecnicamente qualificados para devolver serviço público à sociedade e o dinheiro público seria empregado na área em que a população quiser, na prestação de serviços públicos de qualidade. Há um excesso inexplicável, inaceitável e injustificável do número de cargos comissionados no governo, o que, muitas vezes, parece uma estatização de cabos eleitorais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Benedito Domingos para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Benedito Domingos, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, conforme já foi anunciado pela Comissão de Assuntos Sociais, as três primeiras emendas foram rejeitadas por acordo dos Parlamentares e, portanto, são retiradas.

A Emenda nº 4 não traz nenhuma alteração dos gastos que serão aplicados dentro do Orçamento e não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, nós votamos pelo acatamento da presente emenda.

A Emenda nº 5 não contraria nenhuma parte do nosso Orçamento e está também dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, também votamos pelo seu acatamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	10

Com relação à Emenda nº 6, verificamos que ela não amplia os gastos previstos no Orçamento e está dentro também do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Somos também pela sua aprovação.

Com relação à Emenda nº 7, também verificamos que a presente emenda vem aperfeiçoar mais o projeto apresentado sem nenhuma implicação em elevação dos gastos e dos custos do Orçamento e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, votamos também pela sua aprovação.

Emenda nº 8, de vários deputados: "Inclua-se o seguinte § 2º ao art. 37, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º do projeto de lei em referência: 'Art. 37 (...) § 2º A gratificação de que trata este artigo é extensiva a todos os servidores que desempenham suas atribuições no SAMU...'". Essa emenda também está dentro da previsão orçamentária e faz justiça a esses trabalhadores, que zelam pela segurança e também pela saúde da nossa população. Somos também pela sua aprovação.

A Emenda nº 9 também acrescenta: "Os valores de vencimentos básicos das carreiras e dos cargos comissionados da administração direta e autarquias do Governo do Distrito Federal não podem ser inferiores ao salário mínimo vigente". Essa é uma das maiores injustiças que ocorrem na administração do Distrito Federal: pessoas têm complemento para receber o salário mínimo. Isso traz grande prejuízo para esses trabalhadores, que se vêem, muitas vezes, prejudicados na obtenção de créditos para comprar algo à prestação e não podem provar que ganham nem o salário mínimo. Por isso, é acatada a emenda, sem nenhum prejuízo, já que o Estado supria essa diferença como gratificação para complementação do salário. Portanto, ela também pode ser acatada.

Emenda nº 10: "Dê-se ao inciso II do art. 23 a seguinte redação..." Aqui é uma questão de erro, talvez até de digitação: constava 7% no número e 8% no extenso. Por isso, fica corrigido esse erro, que é simplesmente um erro de digitação. Só corrigindo e aperfeiçoando o projeto. Portanto, somos também pelo acatamento e pela devida correção do projeto original.

Sr. Presidente, votamos, então, pelo acatamento das emendas apresentadas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças acompanha o da Comissão de Assuntos Sociais.

Retificando: quando nós votamos o parecer da Deputada Erika Kokay, nós falamos das emendas de nºs 4 a 9. Na verdade, é da Emenda nº 4 à Emenda nº 10.

Então, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pelo acatamento das Emendas de nºs 4 a 10 e pela retirada das Emendas de nºs 1 a 3.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	11

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.
(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito à Deputada Eurides Brito que profira parecer pela Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Raad Massouh, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências”.

As Emendas nºs 1, 2 e 3 foram retiradas. Nós somos pela admissibilidade das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Raad Massouh. Se todos os Parlamentares fossem sucintos como V.Exa., os pareceres seriam aprovados com maior rapidez.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.550, de 2010.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fui chamada lá fora para discutir sobre duas questões. A primeira diz respeito aos garis. Eles reivindicam para o próximo orçamento uma reestruturação da Atividade de Limpeza Pública. Eles gostariam de se tornar agentes ambientais de limpeza urbana. Eu acho que isso condiz com a nova situação deles.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	12

A segunda questão trata do pessoal do Planejamento e da Gestão Urbana, que se sentiu discriminado, porque não pôde ser contemplado. O que eles querem, afinal de contas, é muito pouco: simplesmente uma equiparação salarial com os fiscais. Eu acho que isso pode ser pensado e ser estudado para a próxima LOA.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de parabenizar todos os servidores e dizer que estivemos, eu e a categoria de Planejamento e Gestão, com o Deputado Wilson Lima e conseguimos arrancar 12%. Estavam presentes aquelas duas belas arquitetas que são terríveis: a Fabiana e uma amiga que trabalhou comigo na Administração de Ceilândia. Mas o que eu queria dizer, aproveitando o que está escrito aí, é que os humilhados de hoje serão os exaltados de amanhã, muito brevemente. Tenho a certeza de que a carreira será dignificada como merece.

Parabéns a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar todos os Parlamentares desta Casa por terem entrado no consenso de votarmos esse projeto hoje, pois os trabalhadores realmente merecem. Nós lutamos muito pelos trabalhadores da Saúde de nível superior, para que fosse diminuída a carga horária, o que só iria acontecer no próximo ano. Nós antecipamos realmente para setembro, mas, após o pedido do Governo, nós deixamos para novembro.

Eu gostaria de parabenizar todos os trabalhadores que hoje receberam aumento de salário!

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conforme eu disse na tarde de hoje, essa é uma vitória dos trabalhadores de todas as categorias que aqui estão representadas. Não houve aqui Parlamentar que se mantivesse alheio ao processo de adequação das carreiras, cuja mensagem veio a esta Casa.

Eu gostaria de pedir à Presidência, já que finalizamos a votação do Projeto em segundo turno, que pudesse ser dispensado o interstício e aprovada a redação final, para que pudesse sair no Diário Oficial ainda amanhã.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	13

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., mas votamos somente os pareceres. Quando votarmos o projeto em segundo turno, já terei acatado a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu já tinha colhido a assinatura de todos os Parlamentares desta Casa, pois havia um consenso sobre a mudança da denominação de Técnico Penitenciário para Agente de Execução Penal. Mas nós entendemos, inclusive com o sindicato, que haverá uma reestruturação da categoria em geral e resolvemos aguardar. Por isso retiramos a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser objetivo na minha intervenção, até pelo adiantado da hora e pela expectativa dos servidores com relação à aprovação do projeto em segundo turno e também da redação final. Eu quero aproveitar este momento para, primeiro, elogiar todos os servidores que tiveram a capacidade de se organizar e fazer valer boa parte de suas reivindicações. Por isso, acredito que os servidores foram fundamentais nessas vitórias que estão ganhando nesta tarde de hoje.

Segundo, eu quero parabenizar a atuação de cada Parlamentar de maneira individual e coletiva, mas quero destacar o trabalho da Deputada Erika Kokay na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. A Deputada teve a capacidade de fazer um trabalho exemplar, atendendo e fazendo valer as reivindicações dos servidores, juntamente com os demais membros da Comissão de Assuntos Sociais, é claro. Nós também não podemos deixar de destacar!

Neste momento, quero apenas ressaltar a importância desse projeto e colocar a bancada do Partido dos Trabalhadores à disposição das demandas que virão, para que possamos a cada dia melhorar a qualidade, o perfil, as reivindicações e, é claro, a valorização de cada servidor público aqui desta cidade.

Parabéns a vocês por essa vitória!

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados colegas e todos os servidores que ficaram até o presente momento na galeria, eu quero parabenizá-los pela organização, por essa vontade. Realmente, sabemos que muitos ou todos querem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	14

melhorias para suas carreiras, mas certamente existem alguns que dão um pouco a mais e estão nesse sacrifício há tanto tempo.

Parabéns a cada um de vocês pelas conquistas!

Eu quero parabenizar todos os Deputados que se empenharam na discussão e quero fazer um agradecimento especial ao Governador em exercício, Wilson Lima, que até a última hora atendeu os apelos, especialmente aquilo que havia sido conversado com relação à categoria da Assistência Social e que S.Exa. atendeu e deu uma autorização para uma emenda final nesta Casa.

Todos estão de parabéns! Essa foi uma grande conquista. O Distrito Federal mostra que está no caminho certo e que é valorizando o servidor de carreira que, efetivamente, nós vamos poder, cada vez menos, ter crises, principalmente uma crise tão profunda como a que atravessamos neste momento.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer e, posteriormente, ao Deputado Pedro do Ovo.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me somar aos Deputados que me antecederam, mas quero lembrar que alguns acordos ainda não foram cumpridos, como o acordo da carreira de Fiscal de Limpeza Pública, a carreira de gestão. Foi acertada, na liderança do PMDB, a equiparação deles com a carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas. Infelizmente, por esse momento que estamos vivendo, esse acordo ainda não conseguiu ser cumprido. Lembro que o Governo, assim como é o caso da SLU e dos fiscais de limpeza pública, concordou em fazer uma verba carimbada na LOA, para que efetivamente possamos, no ano que vem, discutir, mesmo que alguns de nós não estejamos aqui.

Parabenizo todas as carreiras dos servidores públicos porque esta Casa hoje conta com 14 Parlamentares oriundos do serviço público e mesmo assim os que não são também o fizeram com determinação por entender que quem carrega a máquina é o servidor público e quem faz o governo andar é o servidor público, seja na área de Saúde, de Segurança, de Educação, seja na área meio, seja na área fim. Alguns servidores conseguem avançar mais rápido porque, quando paralisam, interferem imediatamente na rotina dos brasilienses e outras, não! Por exemplo, se a área de Saúde parar, o efeito é imediato, mas se os arquitetos pararem demora. Mas lembro que um lote projetado pelos arquitetos e vendido no Noroeste pela TERRACAP daria para pagar o aumento deles dez mil vezes a mais. Essa é a grande realidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	15

Quando o metrô para, a população sente, mas é preciso entender que todos os servidores públicos, independentemente se tratam ou não diretamente com o contribuinte e com o cidadão, merecem tratamento isonômico e merecem ser nivelados por cima. Não se deve achar que 7% para todo mundo é bom, não! Porque 7% em cima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) é uma coisa e 7% em cima de R\$ 1.000,00 (mil reais) é outra coisa muito diferente. Então, eu discordo desse aumento que é dado linearmente para todos os servidores. Há servidores que terão impacto na sua folha de 20, 30 milhões durante o ano, e foi negado para outras porque o impacto é de 5 milhões.

Eu acho que só com a unidade, só com a união, buscando efetivamente apoio da representação política desta Casa, poderemos, assim como o DR fez de forma construída, trabalhar para que todos tenham um bom salário e efetivamente possam ter dignidade. É difícil para um servidor não ter como pagar uma faculdade para o filho. É difícil para um servidor não ter como comprar um computador para o filho. Só tem dignidade o servidor público se ele tiver condição de fornecer dignidade para a sua família, e só se dá dignidade à família com um salário digno, com um salário justo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui agradecer a Deus por podermos, mais uma vez, fazer justiça nesta Casa. Eu não sou servidor, mas tenho uma esposa que é servidora da Secretaria de Educação. Hoje eu faço questão de parabenizar esta Casa, mais uma vez, por fazer justiça a essas categorias que aqui estiveram organizadas, desde os primeiros dias. Confesso que não pude estar aqui, mas quero parabenizar todos os Deputados e, em especial, o Governador por ter atendido, por ter reparado.

Eu, em especial, quero dizer que fiquei muito feliz de ter sido contatado pelos especialistas em saúde. Pude não só ajudá-los, mas inseri-los no projeto para que pudessem ser contemplados, não no ano que vem, mas agora em novembro.

Parabenizo todas as categorias, todos os Deputados e, em especial, o Governador, que foi muito sensível com todas as categorias.

Parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Pedro do Ovo.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	16

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seria difícil não estar aqui na tribuna para honrar este momento histórico da Casa, que é uma Casa de Lei, uma Casa política, uma Casa coletiva. Todas as categorias, por mais representantes que tenham aqui, necessitam de uma articulação para que os outros companheiros se sensibilizem e votem juntos. Esta é uma Casa que precisa de, no mínimo, 13 votos. Isso, e que fique bem claro, é muito importante.

Eu sou servidor público, sou bombeiro, e minha esposa é servidora pública da área da Saúde. Estamos há muito tempo nessa luta para melhorar não só uma categoria, mas todas as categorias. Nem sempre se alcança o que se quer. Esta é uma Casa de debate, uma Casa de construção, uma Casa em que as pessoas realmente têm que dar as mãos e agir como vocês agiram hoje nesta galeria, com respeito, com decência, com orgulho. Podem bater no peito, pois essa conquista é de vocês.

Cada Deputado que votar aqui votará porque se sensibilizou pela causa de vocês, porque houve uma construção. Mais de um merece o aplauso. O aplauso maior aqui é para cada um de vocês que se disponibilizou a sair de casa e, com decência, soube reivindicar. O princípio básico da vida é aprender a respeitar o próximo. Quando aprendemos a respeitar o próximo, as conquistas virão a cada dia.

Deus abençoe a todos. Parabéns, vocês merecem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Aylton Gomes.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é falsa a discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu vou apenas repetir que ainda estamos a 2% do limite prudencial e há uma estimativa de arrecadação no Distrito Federal que vai seguramente absorver tudo o que será gasto com os reajustes concedidos.

Não há ganho real, via de regra. Isso é recomposição salarial. Os trabalhadores não podem perder, até porque a própria Constituição assegura a recomposição salarial. O poder de compra dos trabalhadores está sendo recomposto em função da perda inflacionária. Injustiças históricas estão sendo corrigidas, como por exemplo a jornada dos especialistas e outras, como os companheiros do SAMU, os servidores do SAMU.

Nós estamos rompendo uma lógica das carreiras típicas de Estado, no que diz respeito à Secretaria de Fazenda, como prioritárias ou como autônomas. Não há autonomismo. Nós temos um corpo de servidores que têm que ser contemplados. Isso no que diz respeito aos técnicos fazendários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	17

Por fim, quero dizer que os servidores da carreira de Planejamento e Gestão Urbana foram injustiçados com um acordo, inclusive um acordo que aqui foi firmado. Abriram mão, na discussão da carreira da Administração Pública, dos seus pleitos com a perspectiva de uma discussão *a posteriori*. Mas quero dizer que esta Casa assume a luta de vocês e não a considera absolutamente derrotada historicamente. Nós vamos continuar buscando as formas necessárias de fazer justiça. Não há como se ter diferença de até 40% nos rendimentos de profissionais que exercem funções semelhantes. Os profissionais são os responsáveis pela manutenção desta cidade para que ela continue sendo patrimônio cultural da humanidade.

Um dos compromissos que foi feito pelo Governo do Distrito Federal era o de dar musculatura e valorização à carreira de Planejamento e Gestão Urbana, o que não tem sido cumprido por este projeto. O que nós conseguimos foi o que nós conseguimos. Não tivemos mais espaço para avançar, mas isso não significa que desistimos de perseguir a igualdade salarial, não significa que não carregamos por vocês um profundo respeito, o respeito ao projeto inicial de Lúcio Costa, traço mágico, ferido muitas vezes. Vocês contribuem de forma fundamental para que sejamos esta cidade pensada por Lúcio Costa como uma cidade, sem nenhuma dúvida, funcional, mas plástica. Lúcio Costa dizia que Brasília é uma cidade plástica, embora funcional.

Então, desejo um feliz retorno a vocês, a todos e a todas que aqui estão. Sem políticas públicas de qualidade, não tem cidadania, não tem dignidade humana. Sem valorização dos servidores, não tem política pública de qualidade.

Um abraço a cada um e a cada uma de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado em segundo turno com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	18

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Agradeço a presença de todos os servidores presentes na galeria e no auditório desta Casa, que é a Casa do povo.

Antes de encerrar esta sessão extraordinária, submeterei à discussão e votação a redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 40, de 2010.

A Presidência registra que as publicações no DCL de hoje, tanto da redação final, quanto da emenda, dizem respeito ao rito regimental. Esses atos precedem a vigência da emenda e devem ser publicados no veículo interno de comunicação da Casa, que é o DCL. Já a sua vigência dar-se-á apenas depois de publicado no DODF, arts. 42, 43, inciso I, da Lei Complementar nº 13, de 1996.

Correto, portanto, o encaminhamento. Feito o registro, submeto, na forma do artigo 204, a redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 40, de 2010, informando que se encontra publicada nas páginas 2 do DCL de 30/03/2010, o que dispensa a leitura e distribuição de avulso.

Passa-se, então, à apreciação da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 40 do Distrito Federal.

Item Extrapauta:

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 40, de 2010, de autoria de vários Deputados, que “modifica os arts. 93, 94 e 103 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovada com a presença de 19 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	16h30min	8ª Sessão Extraordinária	19

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h48min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 61-Suplemento, de 07/04/2010.